



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7037 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.030069/2019-81

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 300 (trezentos) bótons para os servidores do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes “A” e “B” deste Projeto Básico.

- São partes integrantes deste Projeto Básico:

Encarte “A” – Planilha Descritiva dos Materiais e Formação de Preços;

Encarte “B” – Modelo anexo dos bótons;

Encarte “C” – Termo de recebimento provisório;

Encarte “D” – Termo de recebimento definitivo;

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A confecção de bótons para autoridades com o objetivo de identificar, aprimorar o serviço de atendimento, recepção, orientação, segurança, controle, bem como o acesso e permanência às dependências das edificações.

2.2. Visando a modernização dos identificadores de acesso utilizados pelo público interno, uma vez que todos sem exceção estão obrigados a portarem seus identificadores de acesso específicos em lugar de fácil visibilidade, enquanto representantes do Ministério da Educação em eventos ou cerimônias e dentro das dependências do Ministério da Educação.

### 3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto deste Projeto Básico tem amparo legal no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

4.2. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva dos Materiais e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte “A”.

4.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

4.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha de Custos e Formação de Preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

### 5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Nº do Item	Quantidade Estimada	Objeto	Descrição
01	100	Bóton	

			Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado, com numeração sequência no verso de 1 a 100.
02	200	Bóton	Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado, com numeração sequência no verso de 1 a 200.

## 6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. A estimativa de preço para a execução dos serviços em tela será efetuada por pesquisa mercadológica a ser efetuada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/CGLC deste Ministério.

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Subitem 63 que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2019.

## 8. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os botões deverão ser confeccionados conforme o modelo constante nos autos.

8.2. A prestação dos serviços deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

## 9. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

9.1. Amostras: a contratada ficará responsável por apresentar 1 (uma) amostra do produto, conforme especificações constantes no Encarte “B”, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da emissão da Autorização de Serviços, para fins de aprovação, observando o disposto a seguir:

9.2. No caso da amostra necessitar de eventuais correções (seja por culpa da contratada ou por conveniência do MEC), a empresa terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados do recebimento do material, para apresentar uma nova amostra, com as correções determinadas.

9.3. Após a aprovação da amostra, a empresa deverá entregar, definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os botões, na quantidade solicitada, no Almoxarifado Central/SAA – Esplanada dos Ministérios, bloco “L”, Anexo I, Subsolo, sala 14 – Brasília/DF, horário das 08h30 às 12:00 e das 14:00 às 18h, observado o disposto nos artigos 73 e 74 e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93.

## 10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

a) **provisoriamente**, no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, após a entrega do objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos bens, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação prevista neste Projeto;

b) **definitivamente**, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento provisório, **mediante atesto de nota fiscal**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

10.1.1. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, perfeição e especificação do objeto deste Projeto.

10.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o item objeto deste Projeto Básico será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novas verificações de conformidade do que trata este Projeto.

10.3. Caso a substituição não ocorra em **15 (quinze) dias**, ou caso o novo bem entregue também seja rejeitado, estará à empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

10.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

## **11. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

11.0.1. A garantia da contratação consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078 de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada por servidor lotado na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, designado para esse fim.

12.2. Caberá ao representante designado:

12.2.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

12.2.2. Atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido executado após a conformidade do material fornecido.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar a nota fiscal/fatura relativa à efetiva entrega do objeto contratado e seu aceite.

13.2. Recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado neste Projeto Básico.

13.3. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado neste Projeto Básico.

13.4. Aplicar as sanções regulamentares, se necessário.

13.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

13.6. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega dos serviços para adoção das providências

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

14.2. Apresentar, antes da execução dos serviços e nos prazos e condições previstas no subitem 6.1, amostra do material para autorização do MEC.

14.3. Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

14.4. Consertar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da Administração do MEC, qualquer defeito verificado na entrega do objeto, ou em desacordo com as especificações exigidas, atentando as condições do item 5 deste projeto e ao prazo do item 9.

14.5. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento.

14.6. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico, observado o disposto na Lei nº 8666/1993.

14.7. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao serviço.

14.8. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços.

## **15. DA CONTRATAÇÃO**

15.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional corrente, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento dos bens, mediante apresentação da Nota Fiscal/ fatura, devidamente atestada pelo Fiscal designado pelo Contratante.

16.1.1. Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de 03/07/2009.

16.1.2. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27/12/1996.

16.1.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

16.1.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

16.2. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365 -$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

16.3. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.

16.4. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

## **17. DAS SANÇÕES**

17.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

17.1.1. apresentar documentação falsa;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 17.1.4. deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 17.1.5. não manter a proposta e não assinar o contrato;
- 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.7. fizer declaração falsa;
- 17.1.8. cometer fraude fiscal;
- 17.1.9. ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

17.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

17.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

17.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

17.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 17.5.1. multa de:
- 17.5.2. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- 17.5.3. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 17.5.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 17.5.5. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 17.5.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

17.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

17.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

17.8. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

17.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

## **18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. Para a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, a Contratada deverá obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e

Gestão – SLTI/MP, especialmente aqueles descritos nos incisos VIII e IX do Artigo 4º e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.0.1. Consultas a respeito deste Projeto Básico poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional: [dicorp@mec.gov.br](mailto:dicorp@mec.gov.br), subsidiadas pela área técnica.

REYNALDO LEONE DURÃES DE JESUS  
Chefe de Serviço

De acordo, encaminhe-se à CGL,

ELLEN CRISTINA SANTOS GONÇALVES  
Chefe da Divisão de Compras e Registro de Preços

De acordo, encaminhe-se à CGLC,

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA  
Coordenador de Gestão de Licitações

De acordo, encaminhe-se à SAA, como proposto.

MIGUEL AUGUSTO RODRIGUES  
Coordenador-Geral de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Reynaldo Leone Duraes De Jesus, Chefe de Serviço**, em 31/10/2019, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Cristina Santos Gonçalves, Chefe de Divisão**, em 31/10/2019, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Barbosa, Coordenador(a)**, em 31/10/2019, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Augusto Rodrigues, Coordenador(a) Geral**, em 31/10/2019, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1765163** e o código CRC **97179839**.

## ENCARTE "A"

### PLANILHA DESCRITIVA DOS MATERIAIS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Responsável pela empresa: \_\_\_\_\_ E-

mail: \_\_\_\_\_

Telefone comercial: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

Endereço da empresa: \_\_\_\_\_

**OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 300 (trezentos) pins para os servidores do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes “A” e “B” deste Projeto Básico.

Nº do Item	Quantidade Estimada	Objeto	Descrição
01	100	Bóton	Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado com numeração sequência no verso de 1 a 100.
02	200	Bóton	Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado, com numeração sequência no verso de 1 a 200.

**Obs.:**

1. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.

2. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.

3. Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Validade da proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data da Proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável legal pela empresa

**Carimbo (ou dados de identificação)**

### **ENCARTE “B”**

#### **MODELO ANEXO DOS BOTTONS**

Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado; SEI 1763134

Bóton medindo 2,0 Cm, dourado, confeccionado em metal, fundido em liga de zamac, galvanização dourada, alto relevo polido (manualmente), baixo relevo pigmentado. SEI 1763134

Obs.: A Contratada também poderá verificar modelo no Ministério da Educação – Coordenação-Geral de de Gestão de Pessoas – Esplanada dos Ministérios, bloco “L”, Anexo I, 3º andar, sala 320 – Brasília/DF, horário das 08h30 às 12:00 e das 14:00 às 18h.

### **ENCARTE “C”**

#### **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

**OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 300 (trezentos) bóttons para os servidores do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes “A” e “B” deste Projeto Básico.

Nos termos da Dispensa nº \_\_\_\_/2016, Processo n.º XXXXX.XXXXXX.XXXX.XX, Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, Ordem de Fornecimento nº \_\_\_\_\_ e da Portaria de Fiscalização nº \_\_\_\_/2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 2 do Termo de Referência, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.



---

Fiscais do Contrato

De acordo,

---

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

---

Representante da Empresa

**ENCARTE “D”**

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 300 (trezentos) bótons para os servidores do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes “A” e “B” deste Projeto Básico.

Nos termos da Dispensa nº \_\_\_\_/2016, Processo n.º XXXXX.XXXXXX.XXXX.XX, Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, Ordem de Fornecimento nº \_\_\_\_\_ e da Portaria de Fiscalização nº \_\_\_\_/2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 2 do Termo de Referência, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Fiscais do Contrato

De acordo,

---

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

---

Representante da Empresa

---

